



SL-140JN-21
CÓD: 7908433200550

CALMON

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALMON
ESTADO DE SANTA CATARINA

Atendente de Maternal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021

Como passar em um concurso público?

Todos nós sabemos que é um grande desafio ser aprovado em concurso público, dessa maneira é muito importante o concurseiro estar focado e determinado em seus estudos e na sua preparação.

É verdade que não existe uma fórmula mágica ou uma regra de como estudar para concursos públicos, é importante cada pessoa encontrar a melhor maneira para estar otimizando sua preparação.

Algumas dicas podem sempre ajudar a elevar o nível dos estudos, criando uma motivação para estudar. Pensando nisso, a Solução preparou este artigo com algumas dicas que irão fazer toda a diferença na sua preparação.

Então mãos à obra!

- Esteja focado em seu objetivo: É de extrema importância você estar focado em seu objetivo: a aprovação no concurso. Você vai ter que colocar em sua mente que sua prioridade é dedicar-se para a realização de seu sonho.
- Não saia atirando para todos os lados: Procure dar atenção a um concurso de cada vez, a dificuldade é muito maior quando você tenta focar em vários certames, pois as matérias das diversas áreas são diferentes. Desta forma, é importante que você defina uma área e especializando-se nela. Se for possível realize todos os concursos que saírem que englobe a mesma área.
- Defina um local, dias e horários para estudar: Uma maneira de organizar seus estudos é transformando isso em um hábito, determinado um local, os horários e dias específicos para estudar cada disciplina que irá compor o concurso. O local de estudo não pode ter uma distração com interrupções constantes, é preciso ter concentração total.
- Organização: Como dissemos anteriormente, é preciso evitar qualquer distração, suas horas de estudos são inegociáveis. É praticamente impossível passar em um concurso público se você não for uma pessoa organizada, é importante ter uma planilha contendo sua rotina diária de atividades definindo o melhor horário de estudo.
- Método de estudo: Um grande aliado para facilitar seus estudos, são os resumos. Isso irá te ajudar na hora da revisão sobre o assunto estudado. É fundamental que você inicie seus estudos antes mesmo de sair o edital, buscando editais de concursos anteriores. Busque refazer a provas dos concursos anteriores, isso irá te ajudar na preparação.
- Invista nos materiais: É essencial que você tenha um bom material voltado para concursos públicos, completo e atualizado. Esses materiais devem trazer toda a teoria do edital de uma forma didática e esquematizada, contendo exercícios para praticar. Quanto mais exercícios você realizar, melhor será sua preparação para realizar a prova do certame.
- Cuide de sua preparação: Não são só os estudos que são importantes na sua preparação, evite perder sono, isso te deixará com uma menor energia e um cérebro cansado. É preciso que você tenha uma boa noite de sono. Outro fator importante na sua preparação, é tirar ao menos 1 (um) dia na semana para descanso e lazer, renovando as energias e evitando o estresse.

Se prepare para o concurso público

O concurseiro preparado não é aquele que passa o dia todo estudando, mas está com a cabeça nas nuvens, e sim aquele que se planeja pesquisando sobre o concurso de interesse, conferindo editais e provas anteriores, participando de grupos com enquetes sobre seu interesse, conversando com pessoas que já foram aprovadas, absorvendo dicas e experiências, e analisando a banca examinadora do certame.

O Plano de Estudos é essencial na otimização dos estudos, ele deve ser simples, com fácil compreensão e personalizado com sua rotina, vai ser seu triunfo para aprovação, sendo responsável pelo seu crescimento contínuo.

Além do plano de estudos, é importante ter um Plano de Revisão, ele que irá te ajudar na memorização dos conteúdos estudados até o dia da prova, evitando a correria para fazer uma revisão de última hora.

Está em dúvida por qual matéria começar a estudar? Vai mais uma dica: comece por Língua Portuguesa, é a matéria com maior requisição nos concursos, a base para uma boa interpretação, indo bem aqui você estará com um passo dado para ir melhor nas outras disciplinas.

Vida Social

Sabemos que faz parte algumas abdições na vida de quem estuda para concursos públicos, mas sempre que possível é importante conciliar os estudos com os momentos de lazer e bem-estar. A vida de concurseiro é temporária, quem determina o tempo é você, através da sua dedicação e empenho. Você terá que fazer um esforço para deixar de lado um pouco a vida social intensa, é importante compreender que quando for aprovado verá que todo o esforço valeu a pena para realização do seu sonho.

Uma boa dica, é fazer exercícios físicos, uma simples corrida por exemplo é capaz de melhorar o funcionamento do Sistema Nervoso Central, um dos fatores que são chaves para produção de neurônios nas regiões associadas à aprendizagem e memória.

Motivação

A motivação é a chave do sucesso na vida dos concurseiros. Compreendemos que nem sempre é fácil, e às vezes bate aquele desânimo com vários fatores ao nosso redor. Porém tenha garra ao focar na sua aprovação no concurso público dos seus sonhos.

Caso você não seja aprovado de primeira, é primordial que você PERSISTA, com o tempo você irá adquirir conhecimento e experiência. Então é preciso se motivar diariamente para seguir a busca da aprovação, algumas orientações importantes para conseguir motivação:

- Procure ler frases motivacionais, são ótimas para lembrar dos seus propósitos;
- Leia sempre os depoimentos dos candidatos aprovados nos concursos públicos;
- Procure estar sempre entrando em contato com os aprovados;
- Escreva o porquê que você deseja ser aprovado no concurso. Quando você sabe seus motivos, isso te dá um ânimo maior para seguir focado, tornando o processo mais prazeroso;
- Saiba o que realmente te impulsiona, o que te motiva. Dessa maneira será mais fácil vencer as adversidades que irão aparecer.
- Procure imaginar você exercendo a função da vaga pleiteada, sentir a emoção da aprovação e ver as pessoas que você gosta felizes com seu sucesso.

Como dissemos no começo, não existe uma fórmula mágica, um método infalível. O que realmente existe é a sua garra, sua dedicação e motivação para realizar o seu grande sonho de ser aprovado no concurso público. acredite em você e no seu potencial.

A Solução tem ajudado, há mais de 36 anos, quem quer vencer a batalha do concurso público. Se você quer aumentar as suas chances de passar, conheça os nossos materiais, acessando o nosso site: www.apostilasolucao.com.br

Vamos juntos!

Língua Portuguesa

1. Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro	01
2. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias	14
3. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação	21
4. Estrutura do período, da oração e da frase	26
5. Concordância nominal e verbal	28
6. Regência nominal e verbal	29
7. Colocação pronominal	29
8. Estrutura do parágrafo	30
9. Ortografia	30
10. Acentuação	31
11. Pontuação	32
12. Estilística: Denotação e conotação	33
13. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento	34

Conhecimentos Gerais e Atualidades

1. História e geografia do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil e de Santa Catarina.	01
2. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Aspectos de Ciências, Cultura, Cinema, Artes e Tecnologia.	66

Conhecimentos Específicos Atendente de Maternal

3. A criança como sujeito de direitos	01
4. O adulto como mediador entre a criança e o mundo. A relação educativa como uma relação de cumplicidade. O desenvolvimento infantil: desenvolvimento sócioafetivo, cognitivo e psico-motor	01
5. Linhas norteadoras da ação educativa com crianças: o sono, o choro, o bico, a higiene, a alimentação, a sexualidade, as atividades lúdicas	32
6. A organização do tempo e do espaço na escola/instituição de educação infantil.	42
7. A literatura infantil, as artes plásticas, a música e o teatro na educação das crianças	46
8. A brincadeira e a construção do conhecimento. O brincar na construção da cidadania. Os brinquedos, os jogos, os materiais, os tempos e os espaços de brincar	65
9. O perfil e o papel de Monitor, enquanto educador	75
10. Procedimento, orientação e auxílio as crianças no que se refere à higiene pessoal.	76
11. Noções de primeiros socorros na faixa etária das crianças assistidas	78
12. Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva	90
13. Didática Geral	100
14. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214).	109
15. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	143
16. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências	162
17. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- Resolução CNE/CEB nº 5/2009	197
18. Lei Orgânica do Município e emendas	201

Noções de Informática

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro	01
2. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias	14
3. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação	21
4. Estrutura do período, da oração e da frase	26
5. Concordância nominal e verbal	28
6. Regência nominal e verbal	29
7. Colocação pronominal	29
8. Estrutura do parágrafo	30
9. Ortografia	30
10. Acentuação	31
11. Pontuação	32
12. Estilística: Denotação e conotação	33
13. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento	34

COMPREENSÃO DE TEXTOS – TEXTOS NÃO LITERÁRIOS DE DIVERSOS TIPOS, TEXTOS LITERÁRIOS DE AUTORES BRASILEIROS: CRÔNICA, CONTO, NOVELA, ROMANCE, POEMA, TEATRO

Compreensão e interpretação de textos

Chegamos, agora, em um ponto muito importante para todo o seu estudo: a interpretação de textos. Desenvolver essa habilidade é essencial e pode ser um diferencial para a realização de uma boa prova de qualquer área do conhecimento.

Mas você sabe a diferença entre compreensão e interpretação?

A **compreensão** é quando você entende o que o texto diz de forma explícita, aquilo que está na superfície do texto.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Por meio dessa frase, podemos entender que houve um tempo que Jorge era infeliz, devido ao cigarro.

A **interpretação** é quando você entende o que está implícito, nas entrelinhas, aquilo que está de modo mais profundo no texto ou que faça com que você realize inferências.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Já compreendemos que Jorge era infeliz quando fumava, mas podemos interpretar que Jorge parou de fumar e que agora é feliz. Percebeu a diferença?

Tipos de Linguagem

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

• **Linguagem Verbal** é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.



• **Linguagem não-verbal** é aquela que utiliza somente imagens, fotos, gestos... não há presença de nenhuma palavra.



• **Linguagem Mista (ou híbrida)** é aquele que utiliza tanto as palavras quanto as imagens. Ou seja, é a junção da linguagem verbal com a não-verbal.



PROIBIDO FUMAR

Além de saber desses conceitos, é importante sabermos identificar quando um texto é baseado em outro. O nome que damos a este processo é intertextualidade.

Interpretação de Texto

Interpretar um texto quer dizer dar sentido, inferir, chegar a uma conclusão do que se lê. A interpretação é muito ligada ao subtendido. Sendo assim, ela trabalha com o que se pode deduzir de um texto.

A interpretação implica a mobilização dos conhecimentos prévios que cada pessoa possui antes da leitura de um determinado texto, pressupõe que a aquisição do novo conteúdo lido estabeleça uma relação com a informação já possuída, o que leva ao crescimento do conhecimento do leitor, e espera que haja uma apreciação pessoal e crítica sobre a análise do novo conteúdo lido, afetando de alguma forma o leitor.

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

Dicas para interpretar um texto:

- Leia lentamente o texto todo.
- No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.
- Releia o texto quantas vezes forem necessárias.
- Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.

- Sublinhe as ideias mais importantes.
- Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.

- Separe fatos de opiniões.
- O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).

– Retorne ao texto sempre que necessário.

Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

– Reescreva o conteúdo lido.

Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias setetas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa ami-

zade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:





Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um dos efeitos de sentido que ocorre nos textos literários quando a personagem tem a consciência de que suas ações não serão bem-sucedidas ou que está entrando por um caminho ruim, mas o leitor já tem essa consciência.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

Conto: obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

Novela: muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

Crônica: texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

Poesia: apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

Editorial: texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

DISTINÇÃO DE FATO E OPINIÃO SOBRE ESSE FATO

Fato

O fato é algo que aconteceu ou está acontecendo. A existência do fato pode ser constatada de modo indiscutível. O fato pode ser uma coisa que aconteceu e pode ser comprovado de alguma maneira, através de algum documento, números, vídeo ou registro.

Exemplo de fato:

A mãe foi viajar.

Interpretação

É o ato de dar sentido ao fato, de entendê-lo. Interpretamos quando relacionamos fatos, os comparamos, buscamos suas causas, previmos suas consequências.

Entre o fato e sua interpretação há uma relação lógica: se apontamos uma causa ou consequência, é necessário que seja plausível. Se comparamos fatos, é preciso que suas semelhanças ou diferenças sejam detectáveis.

Exemplos de interpretação:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha.

Opinião

A opinião é a avaliação que se faz de um fato considerando um juízo de valor. É um julgamento que tem como base a interpretação que fazemos do fato.

Nossas opiniões costumam ser avaliadas pelo grau de coerência que mantêm com a interpretação do fato. É uma interpretação do fato, ou seja, um modo particular de olhar o fato. Esta opinião pode alterar de pessoa para pessoa devido a fatores socioculturais.

Exemplos de opiniões que podem decorrer das interpretações anteriores:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país. Ela tomou uma decisão acertada.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha. Ela foi egoísta.

Muitas vezes, a interpretação já traz implícita uma opinião.

Por exemplo, quando se mencionam com ênfase consequências negativas que podem advir de um fato, se enaltecem previsões positivas ou se faz um comentário irônico na interpretação, já estamos expressando nosso julgamento.

É muito importante saber a diferença entre o fato e opinião, principalmente quando debatemos um tema polêmico ou quando analisamos um texto dissertativo.

Exemplo:

A mãe viajou e deixou a filha só. Nem deve estar se importando com o sofrimento da filha.

NÍVEIS DE LINGUAGEM

Definição de linguagem

Linguagem é qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc. A linguagem é individual e flexível e varia dependendo

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

1. História e geografia do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil e de Santa Catarina. 01
2. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Aspectos de Ciências, Cultura, Cinema, Artes e Tecnologia. 66

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MUNDO, DO BRASIL E DE SANTA CATARINA. ASPECTOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS DO MUNDO, DO BRASIL E DE SANTA CATARINA

BRASIL
História do Brasil

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características políticas-sócio-econômicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.

O conceito mais sintético que podemos explorar é o que define como Regime Colonial, uma estrutura econômica mercantilista que concentra um conjunto de relações entre metrópoles e colônias. O fim último deste sistema consistia em proporcionar às metrópoles um fluxo econômico favorável que adviesse das atividades desenvolvidas na colônia.

Neste sentido a economia colonial surgia como complementar da economia metropolitana europeia, de forma que permitisse à metrópole enriquecer cada vez mais para fazer frente às demais nações europeias.

De forma simplificada, o Pacto ou Sistema Colonial definia uma série de considerações que prevaleceriam sobre quaisquer outras vigentes. A colônia só podia comercializar com a metrópole, fornecer-lhe o que necessitasse e dela comprar os produtos manufaturados. Era proibido na colônia o estabelecimento de qualquer tipo de manufatura que pudesse vir a concorrer com a produção da metrópole. Qualquer transação comercial fora dessa norma era considerada contrabando, sendo reprimido de acordo com a lei portuguesa.

A economia colonial era organizada com o objetivo de permitir a acumulação primitiva de capitais na metrópole. O mecanismo que tornava isso possível era o exclusivismo nas relações comerciais ou monopólio, gerador de lucros adicionais (sobre-lucro).

As relações comerciais estabelecidas eram: a metrópole venderia seus produtos o mais caro possível para a colônia e deveria comprar pelos mais baixos preços possíveis a produção colonial, gerando assim o sobre-lucro.

Fernando Novais em seu livro Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial ressalta o papel fundamental do comércio para a existência dos impérios ultramarinos:

O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui ressalta de novo o sentido que indicamos antes da colonização da época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial, isto é, a produção de núcleos criados na periferia de centros dinâmicos europeus para estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional. Só isso já indicaria o sentido da colonização como peça estimuladora do capitalismo mercantil, mas o comércio colonial era mais o comércio exclusivo da metrópole, gerador de super-lucros, o que completa aquela caracterização.

Para que este sistema pudesse funcionar era necessário que existissem formas de exploração do trabalho que permitissem a concentração de renda nas mãos da classe dominante colonial, a estrutura escravista permitia esta acumulação de renda em alto grau: quando a maior parte do excedente seguia rumo à metrópole, uma parte do excedente gerado permanecia na colônia permitindo a continuidade do processo.

Importante ressaltar que as colônias encontravam-se inteiramente à mercê de impulsos provenientes da metrópole, e não podiam auto estimular-se economicamente. A economia agro-exportadora de açúcar brasileira atendeu aos estímulos do centro econômico dominante. Este sistema colonial mercantilista ao funcionar plenamente acabou criando as condições de sua própria crise e de sua superação.

Neste ponto é interessante registrar a opinião de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor P. Buiquióli:

O processo de acumulação prévia de capitais de fato não se limita à exploração colonial em todas as suas formas; seus aspectos decisivos de expropriação e proletarianização se dão na própria Europa, em um ambiente histórico global ao qual por certo não é indiferente à presença dos impérios ultramarinos. A superação histórica da fase da acumulação prévia de capitais foi, justamente o surgimento do capitalismo como modo de produção.

A relação Brasil-África na época do Sistema Colonial Português.

A princípio parece fácil descrever as relações econômicas entre metrópole e colônia, mas devemos entender que o Sistema Colonial se trata de uma teia de relações comerciais bem mais complexa e nem sempre fácil de identificar.

Os portugueses detinham o controle do tráfico de escravos entre a África e o Brasil, estabelecia-se uma estrutura de comércio que fogue um pouco ao modelo apresentado anteriormente.

Traficantes portugueses aportavam no Brasil onde adquiriam fumo e aguardente (geribita), daí partiam para Angola e Luanda onde negociariam estes produtos em troca de cativos. A cachaça era produzida principalmente em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro; o fumo era produzido principalmente na Bahia. A importância destes produtos se dá em torno do seu papel central nas estratégias de negociação para a transação de escravos nos sertões africanos.

A geribita tinha diversos atributos que a tornavam imbatível em relação aos outros produtos trocados por escravos. A cachaça é considerada um subproduto da produção açucareira e por isso apresentava uma grande vantagem devido ao baixíssimo custo de produção, lucravam os donos de engenho que produziam a cachaça e os traficantes portugueses que faziam a troca por cativos na África, além é claro do elevado teor alcoólico da bebida (em torno de 60%) que a tornava altamente popular entre seus consumidores.

O interessante de se observar é que do ponto de vista do controle do tráfico, o efeito mais importante das geribitas foi transferi-lo para os comerciantes brasileiros. Os brasileiros acabaram usando a cachaça para quebrar o monopólio dos comerciantes metropolitanos que em sua maioria preferia comercializar usando o vinho português como elemento de troca por cativos.

Pode-se perceber que o Pacto Colonial acabou envolvendo teias de relações bem mais complexas que a dicotomia Metrópole-Colônia, o comércio intercolonial também existiu, talvez de forma mais frequente do que se imagina. Na questão das manufaturas as coisas se complicavam um pouco, mas não podemos esquecer do intenso contrabando que ocorria no período.

Despotismo esclarecido em Portugal.

Na esfera política, a formação do Estado absolutista correspondeu a uma necessidade de centralização do poder nas mãos dos reis, para controlar a grande massa de camponeses e adequar-se ao surgimento da burguesia.

O despotismo esclarecido foi uma forma de Estado Absolutista que predominou em alguns países europeus no século XVIII. Filósofos iluministas, como Voltaire, defendiam a ideia de um regime monárquico no qual o soberano, esclarecido pelos filósofos, governaria apoiando-se no povo contra os aristocratas. Esse monarca acabaria com os privilégios injustos da nobreza e do clero e, defendendo o direito natural, tornaria todos os habitantes do país iguais perante a lei. Em países onde, o desenvolvimento econômico capitalista estava atrasado, essa teoria inspirou o despotismo esclarecido.

Os déspotas procuravam adequar seus países aos novos tempos e às novas ideias que se desenvolviam na Europa. Embora tenham feito uma leitura um pouco diferenciada dos ideais iluministas, com certeza diminuíram os privilégios considerados mais odiosos da nobreza e do clero, mas ao invés de um governo apoiado no “povo” vimos um governo apoiado na classe burguesa que crescia e se afirmava.

Em Portugal, o jovem rei D. José I “entregou” a árdua tarefa de modernizar o país nas mãos de seu principal ministro, o Marquês de Pombal. Sendo um leitor ávido dos filósofos iluministas e dos economistas ingleses, o marquês estabeleceu algumas metas que ele acreditava serem capazes de levar Portugal a alinhar-se com os países modernos e superar sua crise econômica.

A primeira atitude foi fortalecer o poder do rei, combatendo os privilégios jurídicos da nobreza e econômicos do clero (principalmente da Companhia de Jesus). Na tentativa de modernizar o país, o marquês teve de acabar com a intolerância religiosa e o poder da inquisição a fim de desenvolver a educação e o pensamento literário e científico.

Economicamente houve um aumento da exploração colonial visando libertar Portugal da dependência econômica inglesa. O Marquês de Pombal aumentou a vigilância nas colônias e combateu ainda mais o contrabando. Houve a instalação de uma maior centralização política na colônia, com a extinção das Capitânicas hereditárias que acabou diminuindo a excessiva autonomia local.

Capitânicas Hereditárias

As Capitânicas hereditárias foi um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Este sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares (principalmente nobres com relações com a Coroa Portuguesa).

Este sistema foi criado pelo rei de Portugal com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. Ganham o nome de Capitânicas Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária).

Estas pessoas que recebiam a concessão de uma capitania eram conhecidas como donatários. Tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território. Por outro lado, tinham o direito de explorar os recursos naturais (madeira, animais, minérios).

O sistema não funcionou muito bem. Apenas as capitânicas de São Vicente e Pernambuco deram certo. Podemos citar como motivos do fracasso: a grande extensão territorial para administrar (e suas obrigações), falta de recursos econômicos e os constantes ataques indígenas.

O sistema de Capitânicas Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

Capitânicas Hereditárias criadas no século XVI:

- Capitania do Maranhão
- Capitania do Ceará
- Capitania do Rio Grande
- Capitania de Itamaracá
- Capitania de Pernambuco

Capitania da Baía de Todos os Santos
 Capitania de Ilhéus
 Capitania de Porto Seguro
 Capitania do Espírito Santo
 Capitania de São Tomé
 Capitania de São Vicente
 Capitania de Santo Amaro
 Capitania de Santana

Governo Geral

Respondendo ao fracasso do sistema das capitanias hereditárias, o governo português realizou a centralização da administração colonial com a criação do governo-geral, em 1548. Entre as justificativas mais comuns para que esse primeiro sistema viesse a entrar em colapso, podemos destacar o isolamento entre as capitanias, a falta de interesse ou experiência administrativa e a própria resistência contra a ocupação territorial oferecida pelos índios.

Em vias gerais, o governador-geral deveria viabilizar a criação de novos engenhos, a integração dos indígenas com os centros de colonização, o combate do comércio ilegal, construir embarcações, defender os colonos e realizar a busca por metais preciosos. Mesmo que centralizadora, essa experiência não determinou que o governador cumprisse todas essas tarefas por si só. De tal modo, o governo-geral trouxe a criação de novos cargos administrativos.

O ouvidor-mor era o funcionário responsável pela resolução de todos os problemas de natureza judiciária e o cumprimento das leis vigentes. O chamado provedor-mor estabelecia os seus trabalhos na organização dos gastos administrativos e na arrecadação dos impostos cobrados. Além destas duas autoridades, o capitão-mor desenvolvia ações militares de defesa que estavam, principalmente, ligadas ao combate dos invasores estrangeiros e ao ataque dos nativos.

Na maioria dos casos, as ações a serem desenvolvidas pelo governo-geral estavam subordinadas a um tipo de documento oficial da Coroa Portuguesa, conhecido como regimento. A metrópole expedia ordens comprometidas com o aprimoramento das atividades fiscais e o estímulo da economia colonial. Mesmo com a forte preocupação com o lucro e o desenvolvimento, a Coroa foi alvo de ações ilegais em que funcionários da administração subvertiam as leis em benefício próprio.

Entre os anos de 1572 e 1578, o rei D. Sebastião buscou aprimorar o sistema de Governo Geral realizando a divisão do mesmo em duas partes. Um ao norte, com capital na cidade de Salvador, e outro ao sul, com uma sede no Rio de Janeiro. Nesse tempo, os resultados pouco satisfatórios acabaram promovendo a reunificação administrativa com o retorno da sede a Salvador. No ano de 1621, um novo tipo de divisão foi organizado com a criação do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão.

Ao contrário do que se possa imaginar, o sistema de capitanias hereditárias não foi prontamente descartado com a organização do governo-geral. No ano de 1759, a capitania de São Vicente foi a última a ser destituída pela ação oficial do governo português. Com isso, observamos que essas formas de organização administrativa conviveram durante um bom tempo na colônia.

Economia e sociedade colonial

A colonização implantada por Portugal estava ligada aos interesses do **sistema mercantilista**, baseado na circulação de mercadorias. Para obter os maiores benefícios desse comércio, a Metrópole controlava a colônia através do pacto colonial, da lei da complementaridade e da imposição de monopólios sobre as riquezas coloniais.

- Pau-Brasil

O pau-brasil era valioso na Europa, devido à tinta avermelhada, que dele se extraía e por isso atraía para cá muitos piratas contrabandistas (os brasileiros). Foi declarado monopólio da Coroa portuguesa, que autorizava sua exploração por particulares mediante pagamento de impostos. A exploração era muito simples: utilizava-se mão-de-obra indígena para o corte e o transporte, pagando-a com bugigangas, tais como, miçangas, canivetes, espelhos, tecidos, etc. (escambo). Essa atividade predatória não contribuiu para fixar população na colônia, mas foi decisiva para a destruição da Mata Atlântica.

- Cana-de-Açúcar

O açúcar consumido na Europa era fornecido pelas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde (colônias portuguesas no Atlântico), Sicília e pelo Oriente, mas a quantidade era muito reduzida diante da demanda.

Animada com as perspectivas do mercado e com a adequação do clima brasileiro (quente e úmido) ao plantio, a Coroa, para iniciar a produção açucareira, tratou de levantar capitais em Portugal e, principalmente, junto a banqueiros e comerciantes holandeses, que, aliás, foram os que mais lucraram com o comércio do açúcar.

Para que fosse economicamente viável, o plantio de cana deveria ser feito em grandes extensões de terra e com grande volume de mão-de-obra. Assim, a produção foi organizada em sistema de plantation: latifúndios (engenhos), escravidão (inicialmente indígena e posteriormente africana), monocultura para exportação. Para dar suporte ao empreendimento, desenvolveu-se uma modesta agricultura de subsistência (mandioca, feijão, algodão, etc).

O cultivo de cana foi iniciado em 1532, na Vila de São Vicente, por Martim Afonso de Sousa, mas foi na Zona da Mata nordestina que a produção se expandiu. Em 1570, já existiam no Brasil cerca de 60 engenhos e, em fins do século XVI, esse número já havia sido duplicado, dos quais 62 estavam localizados em Pernambuco, 36 na Bahia e os restantes nas demais capitanias. A decadência se iniciou na segunda metade do século XVII, devido à concorrência do açúcar holandês. É bom destacar que nenhuma atividade superou a riqueza de açúcar no Período Colonial.

OBS. Apesar dos escravos serem a imensa maioria da mão-de-obra, existiam trabalhadores brancos remunerados, que ocupavam funções de destaque, mas por trabalharem junto aos negros, sofriam preconceito.

Sociedade Açucareira

A sociedade açucareira nordestina do Período Colonial possuía as seguintes características:

- Latifundiária.
- Rural.
- Horizontal.
- Escravista.
- Patriarcal

OBS. Os mascates, comerciantes itinerantes, constituíam um pequeno grupo social.

- Mineração

A mineração ocorreu, principalmente, nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, entre o final do século XVII e a segunda metade do século XVIII.

Ouro

Havia dois tipos de exploração aurífera: ouro de fiação (realizada nas areias dos rios e riachos, em pequena quantidade, por homens livres ou escravos no dia da folga); e ouro de lavra ou de mina (extração em grandes jazidas feita por grande quantidade de escravos).

A Intendência das Minas era o órgão, independente de qualquer autoridade colonial, encarregado da exploração das jazidas, bem como, do policiamento, da fiscalização e da tributação.

- Tributação: A Coroa exigia 20% dos metais preciosos (o Quinto) e a Capitação (imposto pago de acordo com o número de escravos). Mas como era muito fácil contrabandear ouro em pó ou em pepita, em 1718 foram criadas as Casas de Fundição e todo ouro encontrado deveria ser fundido em barras.

Em 1750, foi criada uma taxa anual de 100 arrobas por ano (1500 quilos). Sempre que a taxa fixada não era alcançada, o governo poderia decretar a Derrama (cobrança forçada dos impostos atrasados). A partir de 1762, a taxa jamais foi alcançada e as "derramas" se sucederam, geralmente usando de violência. Em 1789, a Derrama foi suspensa devido à revolta conhecida como Inconfidência Mineira.

Diamantes

No início a exploração era livre, desde que se pagasse o Quinto. A fiscalização ficava por conta do Distrito Diamantino, cujo centro era o Arraial do Tijuco. Mas, a partir de 1740, só poderia ser realizada pelo Contratador Real dos Diamantes, destacando-se João Fernandes de Oliveira.

Em 1771 foi criada, pelo Marquês de Pombal, a Intendência Real dos Diamantes, com o objetivo de controlar a atividade.

Sociedade mineradora

A sociedade mineira ou mineradora possuía as seguintes características:

- Urbana.
- Escravista.
- Maior Mobilidade Social

OBS.

1- Surgem novos grupos sociais, como, tropeiros, garimpeiros e mascates.

2- Alguns escravos, como Xica da Silva e Chico Rei, tornaram-se muito ricos e obtiveram ascensão social.

3- É um erro achar que a população da região mineradora era abastada, pois a maioria era muito pobre e apenas um pequeno grupo era muito rico. Além disso, os preços dos produtos eram mais elevados do que no restante do Brasil.

4- A mineração contribuiu para interiorizar a colonização e para criar um mercado interno na colônia.

- Pecuária

A criação de gado foi introduzida na época de Tomé de Sousa, como uma atividade subsidiária à cana-de-açúcar, mas como o gado destruía o canavial, sua criação foi sendo empurrada para o sertão, tornando-se responsável pela interiorização da colonização do Nordeste, com grandes fazendas e oficinas de charque, utilizando a mão-de-obra local e livre, pois o vaqueiro era pago através da "quartiação". Mais tarde, devido às secas devastadoras no sertão nordestino, a região Sul passou a ser a grande produtora de carne de charque, utilizando negros escravos.

- Algodão

A plantação de algodão se desenvolveu no Nordeste, principalmente no Maranhão e tinha uma importância econômica de caráter interno, pois era utilizado para fazer roupas para a população mais pobre e para os escravos.

- Tabaco

Desenvolveu-se no Nordeste como uma atividade comercial, escravista e exportadora, pois era utilizado, juntamente com a rapadura e a aguardente, como moeda para adquirir escravos na África.

- Drogas do sertão

Desde o século XVI, as Drogas do Sertão (guaraná, pimentas, ervas, raízes, cascas de árvores, cacau, etc.) eram coletadas pelos índios na Amazônia e exportadas para a Europa, tanto por contrabandistas, quanto por padres jesuítas. Como o acesso à região era muito difícil, a floresta foi preservada.

Povoamento do interior no Período Colonial (Séc. XVII)

Até o século XVI, com a extração de pau-brasil e a produção açucareira, o povoamento do Brasil se limitou a uma estreita faixa territorial próxima ao litoral, em função da vegetação e do solo favoráveis a tais práticas respectivamente, porém, como vimos acima, esses não eram os únicos produtos explorados, o sistema econômico exploratório envolvia outras fontes, isso potencializou o povoamento do interior.

As causas da interiorização do povoamento

1) União Ibérica (1580-1640): a união entre Espanha e Portugal por imposição da Coroa Espanhola colocou em desuso o Tratado de Tordesilhas, permitindo que expedições exploratórias partissem do litoral brasileiro em direção ao que antes era definido como América Espanhola.

2) Tratado de Madri (1750): o fim da União Ibérica foi marcado pela incerteza acerca dos limites entre terras portuguesas e espanholas. Alguns conflitos e acordos sucederam a restauração portuguesa de 1640, até que os países ibéricos admitissem o princípio do "uti possidetis" como critério de divisão territorial no Tratado de Madri. O princípio legitima a posse territorial pelo seu uso, ou seja, pela sua exploração. Com base nesse princípio, Portugal passou a ter salvo-conduto em áreas ocupadas e exploradas desde a União Ibérica por expedições com origem no Brasil.

3) Crise açucareira (séc.XVII): a crise açucareira no Brasil impulsionou a busca por novas riquezas no interior. A procura por metais preciosos, pelo extrativismo vegetal na Amazônia e por mão-de-obra escrava indígena foram alguns dos focos principais das expedições exploratórias intensificadas no século XVII.

As atividades exploratórias do interior

1) Entradas: expedições patrocinadas pela Coroa com intuito de procurar metais, fundar povoados, abrir estradas etc.

2) Bandeiras: expedições particulares que partiam de São Vicente com o intuito de explorar riquezas no interior. As bandeiras podem ser classificadas em três tipos:

a) Bandeiras de prospecção: procuravam metais preciosos (ouro, diamantes, esmeraldas etc);

b) Bandeiras de apresamento ou preação: capturavam índios no interior para vendê-los como escravos. Os principais alvos do apresamento indígena foram as missões jesuíticas, onde os índios já se encontravam em acentuado processo de aculturação pela imposição de uma cultura europeia caracterizada pelo catolicismo, pelo regime de trabalho intenso e pela língua vernácula (português ou espanhol).

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ATENDENTE DE MATERNAL**

1. A criança como sujeito de direitos	01
2. O adulto como mediador entre a criança e o mundo. A relação educativa como uma relação de cumplicidade. O desenvolvimento infantil: desenvolvimento sócioafetivo, cognitivo e psico-motor	01
3. Linhas norteadoras da ação educativa com crianças: o sono, o choro, o bico, a higiene, a alimentação, a sexualidade, as atividades lúdicas	32
4. A organização do tempo e do espaço na escola/instituição de educação infantil.	42
5. A literatura infantil, as artes plásticas, a música e o teatro na educação das crianças	46
6. A brincadeira e a construção do conhecimento. O brincar na construção da cidadania. Os brinquedos, os jogos, os materiais, os tempos e os espaços de brincar	65
7. O perfil e o papel de Monitor, enquanto educador	75
8. Procedimento, orientação e auxílio as crianças no que se refere à higiene pessoal.	76
9. Noções de primeiros socorros na faixa etária das crianças assistidas	78
10. Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva	90
11. Didática Geral	100
12. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214).	109
13. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	143
14. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências	162
15. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- Resolução CNE/CEB nº 5/2009	197
16. Lei Orgânica do Município e emendas	201

A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS

Na atual Constituição Federal Brasileira, há o reconhecimento e a necessidade de proteção à infância, o direito de atendimento em creches e pré-escolas às crianças, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de proteção de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Estes direitos foram ratificados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/1990, o qual considera a criança como sujeito de direitos, no artigo 100, parágrafo único:

[...] da condição da criança e do adolescente como sujeito de direitos: crianças e adolescentes são titulares dos direitos previstos nesta e em outras leis, bem como na constituição federal (BRASIL, 1990).

O reconhecimento da criança como sujeito de direitos em uma lei específica se constituiu a partir de muitos anos de luta, de debates e embates pelos movimentos sociais, em fóruns, congressos e discussões para que a criança tivesse seus direitos assegurados pelo Estado. Contudo, a conquista efetiva dos direitos das crianças só se dará em articulação com questões mais amplas, relacionadas às transformações políticas, culturais e econômicas da sociedade, podendo-se afirmar que os direitos das crianças ainda permanecem mais no papel do que na prática. Tal afirmação põe em evidência a luta por uma infância onde as crianças sejam respeitadas em suas múltiplas dimensões, como sujeitos históricos e de direitos. Esta discussão perpassa pela concepção de criança, de infância, de escola e de sociedade, assim como, de ética e de respeito, pois, sem ter consciência desses conceitos, será difícil compreender a constituição da formação humana, e em particular, as especificidades do desenvolvimento e formação da criança.

O ADULTO COMO MEDIADOR ENTRE A CRIANÇA E O MUNDO. A RELAÇÃO EDUCATIVA COMO UMA RELAÇÃO DE CUMPLICIDADE. O DESENVOLVIMENTO INFANTIL: DESENVOLVIMENTO SÓCIOAFETIVO, COGNITIVO E PSICO-MOTOR

Formação da Criança

A psicologia do desenvolvimento acompanha o ser humano desde a sua concepção até ao fim da sua vida. É por esse motivo necessário compreender como se constrói a identidade de cada um, de acordo com fatores biológicos, psicológicos, ambientais e de personalidade.

Desenvolvimento da criança

Papalia, Olds e Feldman (2001) referem que, em psicologia do desenvolvimento, a criança deve ser compreendida dos pontos de vista físico, psicossocial e cognitivo em cada período do crescimento, uma vez que todos estes aspectos formam um todo, articulando-se entre si. Por exemplo, um problema de ouvido pode afetar o desenvolvimento ao longo da linguagem, na infância e, durante a puberdade, com as mudanças hormonais e fisiológicas, afetar também o seu auto conceito (Papalia, Olds, & Feldman, 2001).

O desenvolvimento cognitivo inclui alterações mentais, de aprendizagem, de memória, de pensamento, de raciocínio e de criatividade, associadas ao crescimento físico e emocional que, quando afetados, podem comprometer as suas relações entre pares (Papalia, Olds, & Feldman, 2001).

No que concerne à personalidade, diz respeito ao comportamento que adotamos em cada situação, que articulado com o desenvolvimento social, isto é, a forma como nos relacionamos com

os outros, formam o nosso desenvolvimento psicossocial e afetam os nossos processos físicos e cognitivos (Papalia, Olds, & Feldman, 2001). Segundo Papalia, Olds e Feldman (2001) embora haja características comuns a todas as crianças, devido aos aspectos naturais das diferentes fases de desenvolvimento, elas não crescem todas ao mesmo ritmo, não aprendem todas da mesma forma, não se relacionam da mesma maneira, por questões sócio-culturais, de personalidade, de contexto ambiental e familiar, etc.

Questões hereditárias, de ambiente e de maturação, explicam estas diferenças (Papalia, Olds, & Feldman, 2001).

A nossa genética é determinada biologicamente; o ambiente externo, que diz respeito ao mundo exterior a nós, começa no útero e está ligado às diferenças individuais que crescem conosco; a nossa maturação (corpo e cérebro) diz respeito às mudanças geneticamente construídas aos níveis físico e comportamental (Papalia, Olds, & Feldman, 2001).

Todas estas características do ser humano, desenvolvidas desde o útero, irão, articuladas entre si, formar o adolescente e posteriormente o adulto, mostrando a importância da relação entre as nossas mudanças físicas e a nossa experiência de vida, para aquilo que vamos ser no futuro (Papalia, Olds, & Feldman, 2001).

Que fatores influenciam no desenvolvimento cognitivo e sócio cultural da criança? Quais as dificuldades enfrentadas pela criança na construção da sua identidade? Como a família e o meio contribuem para a construção de valores?

Considerando que a identidade se forma nos primeiros anos de vida, buscaremos aqui entender os processos de desenvolvimento cognitivo e de inserção social por meio da vida escolar, identificando as principais atividades realizadas pelos docentes de Educação Infantil em busca da efetivação desse processo de forma tranquila e harmoniosa. Para isso, valer-nos-emos de pensadores que explicam a construção da subjetividade humana, como é o caso de Piaget, Vygotski e Erikson. Os fatores que influenciam no desenvolvimento da criança devem ser os mais variados, uma vez que a pessoa se constrói a partir das suas, mas também das vivências dos outros. Então, temos como fatores próprios da criança a inteligência, a motivação, a curiosidade, acompanhados de fatores sociais, históricos, culturais, afetivos, emocionais que compõem o meio no qual ela está inserida. As dificuldades enfrentadas pela criança no seu processo de autoconstrução são desconhecimento relativo do mundo real que a cerca, acréscimo da falta de apoio dos pais que não compreendem bem cada etapa da vida e, por muitas vezes, acabam por prejudicar o processo. Professores, também, ignorantes sob o ponto de vista do desenvolvimento psicossocial da criança, podem estimular atitudes discriminatórias, excluir ou negligenciar apoio às crianças.

Família, professores, parentes e amigos, enfim, todas as pessoas que habitam o universo da criança devem procurar conhecer as formas de ajudar na condução do processo de inserção social e desenvolvimento individual destes pequenos que são mais emoção do que razão e precisam se firmar nas atitudes e exemplos que os adultos dão.

A afetividade como fator contribuinte na inserção social

Conceituar afeto, amor sempre foi algo muito fácil e, ao mesmo tempo, muito difícil, pois para os amantes o amor é mais bem definido sentindo e não falando, descrevendo. Poetas e apaixonados o conceituam das mais variadas formas desde o início dos tempos. Porém, vejamos o que dizem aqueles que tentam, racionalmente, explicar a afetividade.

Galvão (1999) diz que são quatro os temas fundamentais nos quais Wallon se baseou para elaborar seu projeto teórico no qual pretendeu fazer a psicogênese da pessoa completa: afetividade, movimento, inteligência e a questão da pessoa, do eu.

Pensando, pois, em afetividade, podemos defini-la de acordo com Ferreira (2000) como sendo o “Conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre da impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagradado, de alegria ou tristeza.”

Assim, podemos dizer que as emoções são uma forma de comunicação que, sobretudo no recém-nascido constitui a maneira de se relacionar com o novo meio ao qual está exposto, usando-as para expressar seus sentimentos de solidão, fome, alegria, tristeza, incômodo entre outros. Para Galvão (1999) a emoção é contagiosa. Quem nunca se sentiu tocado ao ver alguém chorando ou se alegrou ao ver alguém extremamente feliz? Isso dá ao bebê o poder de mobilizar as outras pessoas a perceberem o que ele está sentindo ou deseja.

Essa comunicação emocional, aos poucos, vai sendo substituída por outra forma mais racional de comunicação. A criança, crescendo, aprende novas maneiras de se relacionar com os outros e novas formas de saciar suas vontades. O sistema nervoso fica cada vez mais capaz de controlar as emoções deixando o raciocínio tomar posse das atitudes. Então, novas “técnicas” de relacionamento interpessoal vão se desenvolvendo e se tornando mais eficazes, como é o caso da fala.

Apesar de exibir uma linguagem verbal bem desenvolvida, a criança menor de 6 anos ainda utiliza intensamente a linguagem emocional. O choro, as expressões corporais e faciais permitem ao professor perceber seu aluno. Isso é coisa a ser pensada na prática pedagógica. (GALVÃO, 1999).

Segundo Galvão (1999) “... se a criança está ao sabor de suas emoções, ela não tem condições neurológicas de controlá-las...”. Então, mais uma vez, destacamos o valoroso papel do professor na compreensão do grau de maturidade neurológico da criança para que não considere certas atitudes tomadas por ela como indisciplina, manha, atrevimento ou hipocrisia. Devemos ter consciência da importância da afetividade para o desenvolvimento emocional da criança, mas também temos de considerar os fatores biológicos necessários a esse desenvolvimento.

É necessário um meio sócio emocional, afetivo, motor e cognitivo para o desenvolvimento da criança menor de três anos, pois é nesta fase que ocorre a aquisição da linguagem. Neste momento as emoções têm um importante papel no desenvolvimento do indivíduo, mas são nos primeiros meses de vida que elas terão o papel de garantir a sobrevivência do bebê e progresso da noção do EU.

O amor e o ódio compõem a vida afetiva do ser humano e estão sempre juntos, interferindo em nossos pensamentos e ações. A compreensão das emoções e os sentimentos são essenciais no entendimento da afetividade. Emoções causam efeitos intensos e imediatos no organismo enquanto que os sentimentos são mais amenos e duradouros. Quantas vezes nos preparamos para tomar determinada atitude diante de um problema e a emoção nos fez reagir de forma totalmente inesperada? As emoções são raiva, medo, nojo, tristeza, alegria, vergonha, desprezo, empolgação etc. Sentimentos podem ser: amizade, ternura, entre outros.

Na nossa cultura o homem é “proibido” de demonstrar suas emoções através do choro enquanto a mulher é incentivada a isso. O importante, então, é entendermos que a afetividade interfere no crescimento pessoal do ser, mas não está indiferente a fatores biológicos, cognitivos e, sobretudo, sociais, que depende da cultura na qual o indivíduo está ou será inserido.

Na escola, a afetividade vem sendo debatida e defendida há alguns anos por psicólogos, pedagogos, psicopedagogos, profissionais da educação e saúde em geral. Porém, percebemos ainda uma grande defasagem em prestar um serviço profissional que alie suas técnicas próprias a uma interação eficaz de desenvolvimento de um

relacionamento baseado no emocional. Professores e educadores que incluíram essa teoria no seu cotidiano apontam para os evidentes resultados positivos que conseguiram alcançar. Mas, antes de pensarmos na escola como ambiente para desenvolvimento da personalidade da criança, devemos alertar para o fato de que esta criança, ao entrar na escola, já tem uma vida cheia de experiências, estímulos e respostas que aprendeu a dar diante de determinadas situações de sua vida diária. Assim sendo, trataremos um pouco do papel da mãe, nos primeiros anos de vida da criança, na construção de uma personalidade saudável de seus filhos, promovendo uma verdadeira preparação para a vida em comunidade, já que os conceitos e valores passados vão de acordo com as normas da sua sociedade.

A problemática emocional está ligada aos conflitos interiores e dispersão do indivíduo, o que dificulta sua interação com o meio, prejudica sua capacidade de atenção, concentração e de relacionamento interpessoal. A figura materna tem papel decisivo na “prevenção” desses problemas. O afeto que ela dedica à criança, especialmente nos cinco primeiros anos de vida, é responsável por grande parcela da sua personalidade na vida adulta, pois a ligação mãe-filho nessa faixa etária é muito intensa e a criança se fixa na mãe, tendo-a como exemplo e modelo para suas atitudes futuras.

Novaes (1984) nos mostra que a carência afetiva determina uma série de fatores que prejudicam o desenvolvimento global da criança, tanto no âmbito físico como psíquico. Essa carência pode ser identificada pela incapacidade do indivíduo em manter trocas afetivas normais com outros seres humanos. Segundo ela, esses sintomas diagnosticados na escola é consequência de um descontrole na relação mãe-filho, pois tanto a carência como o excessivo cuidado pode acarretar problemas emocionais graves na criança pequena.

O desvinculamento do seio da mãe poderá desencadear sintomas de angústia e mal-estar que variam conforme a sua idade, grau de dependência dos pais e, principalmente, quanto à natureza dos cuidados maternos. Essa angústia revela uma relação emocional e afetiva normal entre a mãe e a criança, pois retrata uma quebra no processo de afetividade que vem sendo construído por ambas (NOVAES, 1984).

Na escola, a criança terá dificuldades de adaptação ao meio de acordo com o grau de relacionamento com a mãe. Ao nascer, a criança se fixa naquela pessoa que ela considera de sua posse, no caso a mãe. Na escola ela terá de se relacionar com um número bem maior de pessoas ao qual está acostumada e isso é um fator importante na avaliação do desenvolvimento emocional da criança, funciona como um teste. Através dele podemos definir novos rumos na educação da criança e dos seus pais. A socialização com outras crianças de sua idade e professores é uma nova etapa no processo de formação da personalidade da criança e deve ocorrer de forma saudável. A escola deve oferecer um ambiente que evite a criança desenvolver angústias e mal-estar, característicos do afastamento da figura materna.

Há, dessa forma, uma grande importância do primeiro professor da criança, pois ele será, para ela, a substituição da mãe. Cabe então a esse profissional o devido cuidado de manter um bom relacionamento que dê continuidade à relação saudável mãe-filho ou alterar seu comportamento para elevar a afetividade de uma criança que demonstra problemas emocionais decorrentes da relação que tem com sua mãe. Sendo assim, o professor não pode estar alheio à vida do aluno. É necessário que ele conheça os pais, seus problemas físicos, psíquicos e um pouco da vida que levava antes de ingressar na escola. Só assim poderá entender as dificuldades na adaptação da criança ao novo meio e no processo de desenvolvimento psicossocial.

A escola e professores, especialmente os de Educação Infantil e Creche, devem prever e estar preparados para atender prontamente essas crianças com problemas emocionais decorrentes de sua relação familiar, propiciando-lhes um clima de estabilidade emocional e contribuindo para que o ingresso e permanência da criança na escola ocorram de maneira normal e tranquila, onde haja uma socialização efetiva dessa criança com os professores e funcionários da instituição bem como com as demais crianças.

Os valores culturais na formação da criança

Por estar tratando de eventos ligados predominantemente às questões culturais, é necessário um apanhado básico nas concepções de cultura popular, suas definições e abordagens.

O que é Cultura? Entre as várias definições, de acordo com a área das ciências que usamos nessa definição, Cultura seria todo o resultado da criação humana. Diz respeito ao abstrato, à produção intelectual do homem comunitário, bem como do individual, suas crenças ou descrenças, mas é também tão vinculada ao real, ao ordinário, como os costumes, as tradições, as formas de culto religioso etc. Pode-se dizer que ela é resultado das relações estabelecidas por esses homens, e assim, basta viver para se “produzir” cultura, mesmo que não se queira. Mas ao mesmo tempo a cultura pode e é criada intencionalmente, estimulada, incentivada. E é nesse momento que ele – o homem – é afetado por ela tornando-se assim criatura e criador. Portanto a cultura é um fator inerentemente humano. Referindo-se especificamente a nossa sociedade,

“o Brasil é, sabidamente, um país multirracial e pluriétnico, o que por consequência, implica a existência de diversidade ou pluralidade cultural, muito embora exista enorme dificuldade de reconhecimento dessa diversificação por parte de muitos brasileiros”. (LOPES, 2001, p.21-25)

Partindo desse pressuposto, a grande preocupação da escola, é superar e respeitar as diferenças, inserindo em seu cotidiano, o diálogo e a aprendizagem da convivência mútua.

No processo de aprendizagem e desenvolvimento psicossocial a aquisição da cultura aborda a criança como um sujeito social e histórico, inserido em uma sociedade que irá marcá-lo profundamente. Porém ele, como agente ativo dessa sociedade, e não um objeto inerte, também irá assinalar sua passagem por ela.

Sabedores de que a criança não nasce pronta, iremos abordar as fases e processos de aquisição das noções básicas de valor e cultura, salientando que estamos em um meio específico, o interior do Ceará. É necessário esse parêntese, para identificar o meio cultural em que estamos trabalhando, sem aprofundarmos demais em elucubrações sociológicas, esse é um meio machista e patriarcal, e algumas manifestações comportamentais só poderão ser compreendidas observando essas restrições.

Trabalhando a Escola e a Família e o meio social, tentaremos abranger as mais importantes áreas de referência da criança, a primeira como ambiente de formação e compartilhamento, o segundo como elemento primordial na formação do indivíduo, pois é o seu núcleo mais particular e onde ela apreende as mais básicas regras e valores como a respeitabilidade, e o terceiro por termos que levar em conta sua origem, compreensão de mundo, motivações etc.

Tudo isso, visa o resgate do lado humano da criança, suas vivências e que tipo de sujeito social ela será um dia. Para isso, a cultura é elemento essencial e indispensável, pois nesse mundo globalizado em que as massas tomam como seus valores impostos pela sociedade de consumo, a defesa do que é mais nosso, dos pilares da construção das famílias e sociabilidade escolar são, sem dúvida, subsídios indispensáveis na construção do país que todos sonhamos.

A observação no contexto Social da Criança – ação conjunta família / escola / sociedade.

A criança não se constrói de forma isolada. Ela é uma intersecção dos fatores familiares e escolares ao qual está inserida. Pode-se dizer que a criança expressa, na escola, aquilo que experienciam, em casa e, por sua vez, pode manifestar, na família, aquilo que é construído, no ambiente escolar, juntamente, com o apoio dos pais.

No primeiro momento da socialização escolar a criança pode apresentar dificuldades de relacionamento, conduta ou mesmo atos indisciplinados. Os professores juntamente, com pais devem procurar conhecer sobre as dificuldades que a criança apresenta dentro das relações escolares e das intimidades em ambiente familiar.

Atualmente tem-se percebido que a escola e a família têm sentido os reflexos dos problemas e transformações sociais que foram se agravando através dos tempos, o que tem refletido na educação dos filhos/educandos. Para que se inicie uma mudança é necessário que a escola e a família comecem a trilhar um mesmo caminho no qual a criança sinta-se mais segura e, por meio dessa interação conjunta, se obter o bem-estar, o desenvolvimento e o aprendizado do educando.

Estudar a relação família-escola é uma oportunidade para se encontrar alternativas que contribuam para o desenvolvimento social e cognitivo e para o sucesso escolar dos educandos. Devemos estar cientes de que essa tarefa não cabe somente ao professor, mas sim a todos que fazem parte do processo educativo, que se inicia no ambiente familiar, passando pela escola, um espaço que reúne uma variedade de conhecimentos, envolve atividades, regras e valores, que ensina através do respeito às diferenças e aperfeiçoa o conhecimento do indivíduo.

É impossível a escola viver sem a família e a família sem a escola, uma vez que as duas têm um papel fundamental no processo ensino/aprendizagem. Quando falamos desses dois ambientes devemos ter em mente a importância do afeto nesses espaços, porque o fator emocional interfere no processo da aprendizagem da criança. Em relação à importância do ambiente familiar, Tiba (2002, p.74) afirma que:

As crianças precisam sentir que pertencem a uma família. Sabemos que a família é a base para qualquer ser, não referimos aqui somente família de sangue, mas também famílias construídas através de laços de afeto. Família, no sentido mais amplo, é um conjunto de pessoas que se unem pelo desejo de estarem juntas, de construir algo e de complementarem. É através dessas relações que as pessoas podem se tornar mais humanas, aprendendo a viver o jogo da afetividade de maneira adequada.

No ambiente familiar a criança vivencia suas maiores sensações de alegria, felicidade, prazer, amor, bem como experimenta tristezas, brigas, ciúmes, medo, ódio. Mas se a família estiver aberta ao diálogo, ao perdão, esses desencontros podem ser superados, o que será importante para o desenvolvimento do indivíduo, preparando-o adequadamente para a sua inclusão social. Nenhuma família vive num “mar de rosas” e muito menos a sociedade, portanto, é preciso saber contornar e superar situações do/no cotidiano.

Pais e professores devem trabalhar numa perspectiva mútua em que os pais possam ouvir os professores, expor suas opiniões sem receio, e que seu envolvimento passe a ser necessário na construção dessa parceria, fazendo parte do planejamento educacional. “Um diálogo verdadeiro entre pais e professores é indispensável, porque o desenvolvimento harmonioso das crianças implica uma complementaridade entre educação escolar e educação familiar” (DELORS, 1998, p 111).

Administrar o tempo tem sido um grande desafio das famílias na contemporaneidade, o que leva a constatação que, devido à falta de tempo dos pais, a escola passa a desenvolver o papel que

caberia a eles, que é o da orientação, supervisão contínua e, muitas vezes, fica esquecido o papel que cabe a cada um desempenhar na vida do filho-aluno. Por isso, buscar essa parceria não é uma tarefa simples. É necessário construir alternativas que ajudem os pais a se sentirem menos culpados na educação dos filhos, por ficarem a maior parte do tempo fora de casa e, aos professores, por não darem conta dessa tarefa sozinhos e em um período de tempo tão curto que precisa ser dividido entre o ensino dos conteúdos e o ensinar valores e princípios. Uma das angústias dos pais é exposta, também por Tiba (2002, p. 67):

Faz parte do instinto de perpetuação os pais cuidarem dos filhos, mas é a educação que os qualifica como seres civilizados. Atualmente, nas escolas e em casa, os pais/educandos não sabem mais como fazer para que as crianças sejam disciplinadas.

É necessário construir um relacionamento efetivo entre a família-escola, para que se possa planejar e estabelecer o compromisso de que o educando tenha uma educação de qualidade em casa e na escola. Se de um lado a família se preocupar com a transmissão de valores e princípios e a escola com o processo de construção do aprendizado e do desenvolvimento do ser, por suas características, ambas devem andar lado a lado. Enguita (2004, p. 67) destaca a importância do espaço escolar para a vida criança uma vez que:

A escola é, para a maioria, o primeiro lugar de aproximação com a diversidade existente e crescente na sociedade global. Nela a criança é levada a conviver de forma sistemática com crianças de outras origens, raças, culturas, classes e capacidades com as quais, fora da escola, tem uma relação nula ou restrita.

A escola se constitui em um espaço diversificado organizado para a promoção e o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e, além disso, é um ambiente multicultural em que a criança aprende a conviver com a diversidade, a respeitar as diferenças e a construir laços afetivos, o que é de grande importância para o seu desenvolvimento social.

A aproximação é complexa, porém necessária

Na perspectiva da escola, com uma equipe com funções e objetivos integrados, é compreensível a dificuldade de equilibrar as demandas de várias famílias que não formam um conjunto. Isso porque cada responsável tem sua cultura e necessidades próprias.

A solução é ser incisivo na apresentação do que é e do que pretende a escola, como instituição formadora, e explicar a necessidade de alinhar decisões que busquem o melhor para a educação dos alunos.

Esse alinhamento de expectativas, por sua vez, não deve deixar de reconhecer as especificidades de cada aluno e estar aberto a adaptações durante o percurso.

É sabido que a boa relação entre escola e família afeta diretamente o bom desempenho acadêmico das crianças. Desse modo, o ideal é que toda a comunidade escolar estreite os laços em busca de uma educação resultante de um processo coletivo.

O ideal e a realidade: como resolver esse problema?

Pensar em famílias ativas com a rotina escolar é o ideal de todos os cenários. Mas na prática, nem sempre é assim. E a culpa não é, necessariamente, dos responsáveis.

Muitos pais estão imersos em longas jornadas de trabalho, ocupando diversas funções sociais além das responsabilidades da criação de um filho – o que é normal.

Nesse sentido, alguns responsáveis não conseguem atender a todas as demandas escolares, resultando em filhos que chegam com as atividades incompletas, por exemplo.

O que não pode ocorrer, entretanto, é o depósito de responsabilidade da família sobre a escola ou vice-versa.

Pensando nisso, como estreitar os laços entre escola e família?

Uma das respostas possíveis é: investindo em comunicação escolar dinâmica e eficiente.

Isso porque é a falta de tempo de acompanhar presencialmente a rotina escolar do filho que pode esfriar a relação entre escola e família.

Hoje, a escola pode (e precisa) se adaptar às novas formas de comunicação, diante da complexidade das tarefas atribuídas às pessoas – que são pais e também trabalhadores.

Ferramentas tecnológicas, como aplicativos de comunicação já colaboram com muitas escolas nesse sentido. Uma Agenda Digital permite que a família tenha acesso a demandas e rotinas escolares na palma das mãos.

O aplicativo de comunicação escolar é peça chave para melhorar a relação da escola com a família porque se adapta a realidade das novas formas de comunicação, deixando os bilhetes de papel de lado.

Dessa forma, a comunicação escolar eficiente é um passo rumo a melhoria desse trabalho conjunto de formação de uma pessoa.

Relação entre escola e família: dicas para uma educação eficiente

Crie uma cultura de diálogo

A escola precisa ser um espaço democrático, com diálogos que objetivem o melhor para o coletivo de alunos.

Sendo assim, invista em comunicação escolar. Abra canais para que a família possa se comunicar – seja presencialmente, com reuniões periódicas ou por meio de um aplicativo de comunicação.

Procure entender as demandas das famílias, construa o costume de dialogar, debater ideias e tomar a melhor decisão tendo em vista o processo educacional.

Feedback e sugestões são sempre bem-vindos. As famílias precisam sugerir propostas que possam complementar o ensino dos filhos, interessando-se pelas possíveis dificuldades que possam aparecer durante a aprendizagem.

Lembre-se: ouvir necessita respeito e vontade de compreender a demanda do outro.

Família sempre na escola

Não permita que a presença familiar se limite a resolução de problemas. Aproxime-os de tudo: seja com eventos, atividades colaborativas, decisões conjuntas, ações solidárias ou no combate ao bullying.

Não deixe a família apenas informada. Chame-a para participar e decidir diversos aspectos do processo educacional. Você pode convidá-los para revisar o Projeto Político Pedagógico da escola, por exemplo.

A melhora da relação entre escola e família permite que as duas partes identifiquem as dificuldades da criança dentro e fora da escola. Essa troca de informações é essencial para fazer as melhores escolhas.

Filho x aluno

O aluno é diferente do filho. É preciso entender os diferentes papéis sociais que as crianças exercem dentro e fora da escola. Para as famílias, é preciso compreender o papel dos filhos como alunos, dando espaço para que eles assumam as responsabilidades desta função e aprendam a resolver eventuais problemas.

É muito importante que a escola colabore com a família nesse processo de compreensão do aluno em todos os papéis sociais que ele exerce e virá a exercer. Por isso, alinhe os objetivos da escola com as famílias e delimite os papéis de cada um.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Windows	01
2. Word	10
3. Excel.....	17
4. Navegadores de Internet	23

WINDOWS

Lançado em 2015, O Windows 10 chega ao mercado com a proposta ousada, juntar todos os produtos da Microsoft em uma única plataforma. Além de desktops e notebooks, essa nova versão equipará smartphones, tablets, sistemas embarcados, o console Xbox One e produtos exclusivos, como o Surface Hub e os óculos de realidade aumentada HoloLens¹.

Versões do Windows 10

– **Windows 10 Home:** edição do sistema operacional voltada para os consumidores domésticos que utilizam PCs (desktop e notebook), tablets e os dispositivos “2 em 1”.

– **Windows 10 Pro:** o Windows 10 Pro também é voltado para PCs (desktop e notebook), tablets e dispositivos “2 em 1”, mas traz algumas funcionalidades extras em relação ao Windows 10 Home, os quais fazem com que essa edição seja ideal para uso em pequenas empresas, apresentando recursos para segurança digital, suporte remoto, produtividade e uso de sistemas baseados na nuvem.

– **Windows 10 Enterprise:** construído sobre o Windows 10 Pro, o Windows 10 Enterprise é voltado para o mercado corporativo. Os alvos dessa edição são as empresas de médio e grande porte, e o Sistema apresenta capacidades que focam especialmente em tecnologias desenvolvidas no campo da segurança digital e produtividade.

– **Windows 10 Education:** Construída a partir do Windows 10 Enterprise, essa edição foi desenvolvida para atender as necessidades do meio escolar.

– **Windows 10 Mobile:** o Windows 10 Mobile é voltado para os dispositivos de tela pequena cujo uso é centrado no touchscreen, como smartphones e tablets

– **Windows 10 Mobile Enterprise:** também voltado para smartphones e pequenos tablets, o Windows 10 Mobile Enterprise tem como objetivo entregar a melhor experiência para os consumidores que usam esses dispositivos para trabalho.

– **Windows 10 IoT:** edição para dispositivos como caixas eletrônicas, terminais de autoatendimento, máquinas de atendimento para o varejo e robôs industriais – todas baseadas no Windows 10 Enterprise e Windows 10 Mobile Enterprise.

– **Windows 10 S:** edição otimizada em termos de segurança e desempenho, funcionando exclusivamente com aplicações da Loja Microsoft.

– **Windows 10 Pro – Workstation:** como o nome sugere, o Windows 10 Pro for Workstations é voltado principalmente para uso profissional mais avançado em máquinas poderosas com vários processadores e grande quantidade de RAM.

Área de Trabalho (pacote aero)

Aero é o nome dado a recursos e efeitos visuais introduzidos no Windows a partir da versão 7.



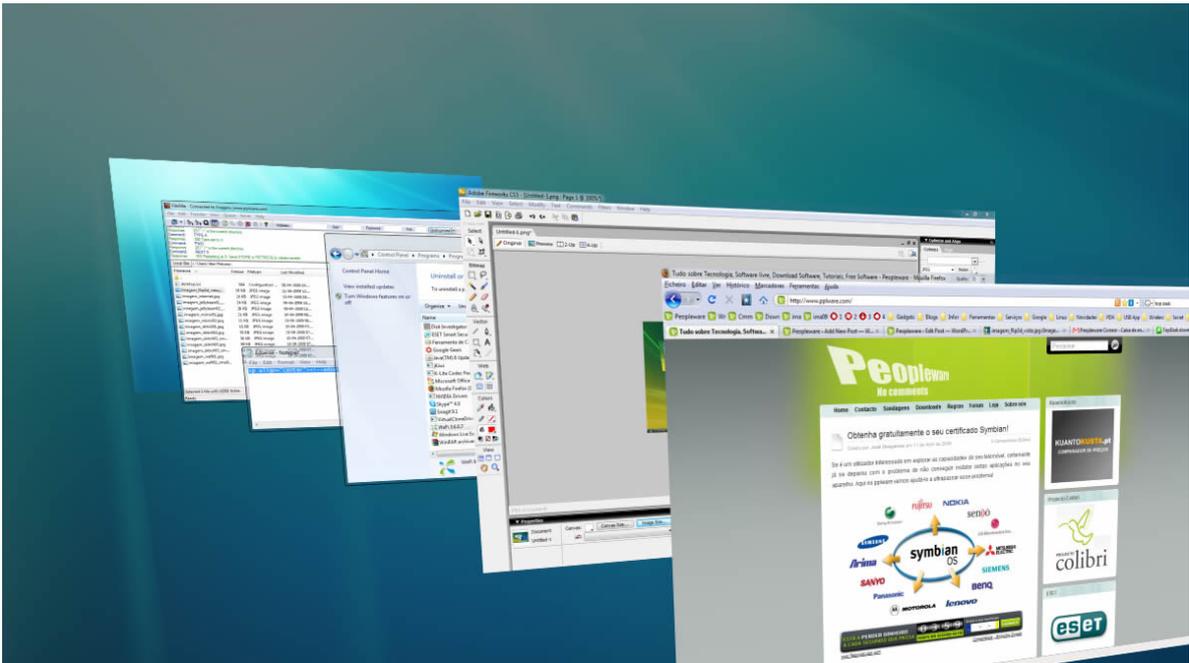
Área de Trabalho do Windows 10.²

1 <https://estudioaulas.com.br/img/ArquivosCurso/materialDemo/SlideDemo-4147.pdf>

2 <https://edu.gcfglobal.org/pt/tudo-sobre-o-windows-10/sobre-a-area-de-trabalho-do-windows-10/1/>

Aero Glass (Efeito Vidro)

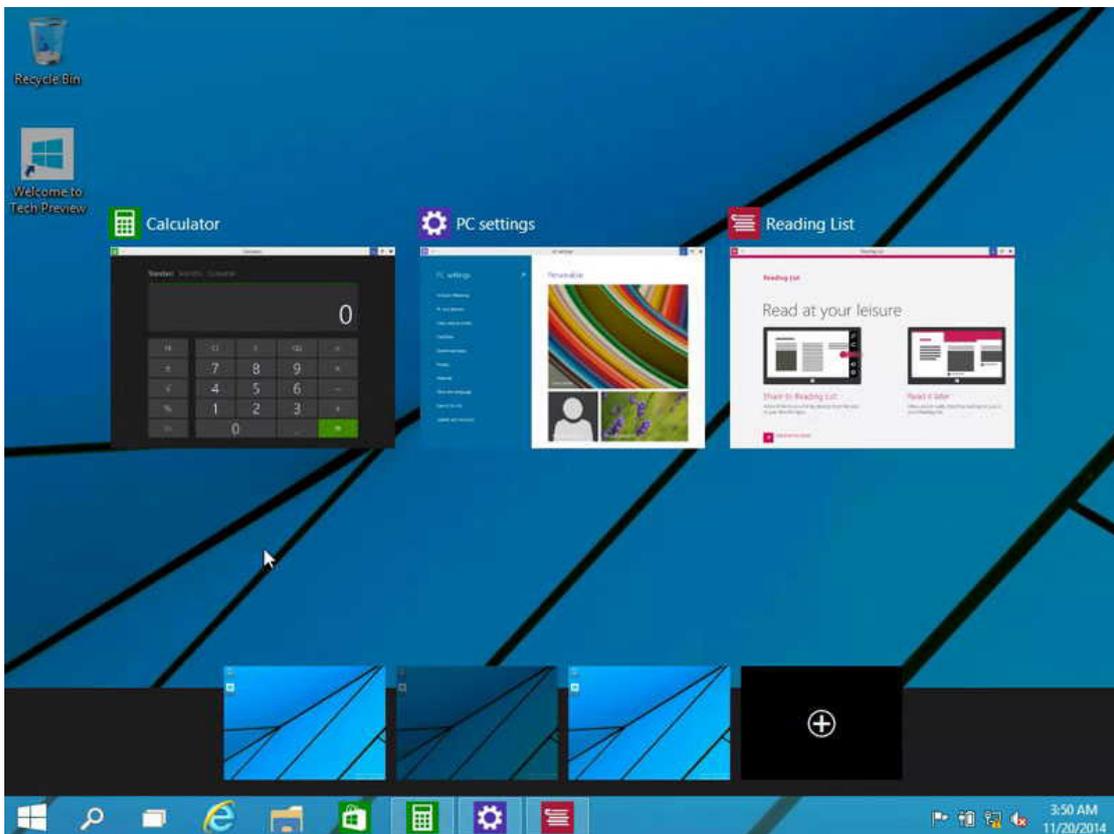
Recurso que deixa janelas, barras e menus transparentes, parecendo um vidro.



Efeito Aero Glass.³

Aero Flip (Alt+Tab)

Permite a alternância das janelas na área de trabalho, organizando-as de acordo com a preferência de uso.

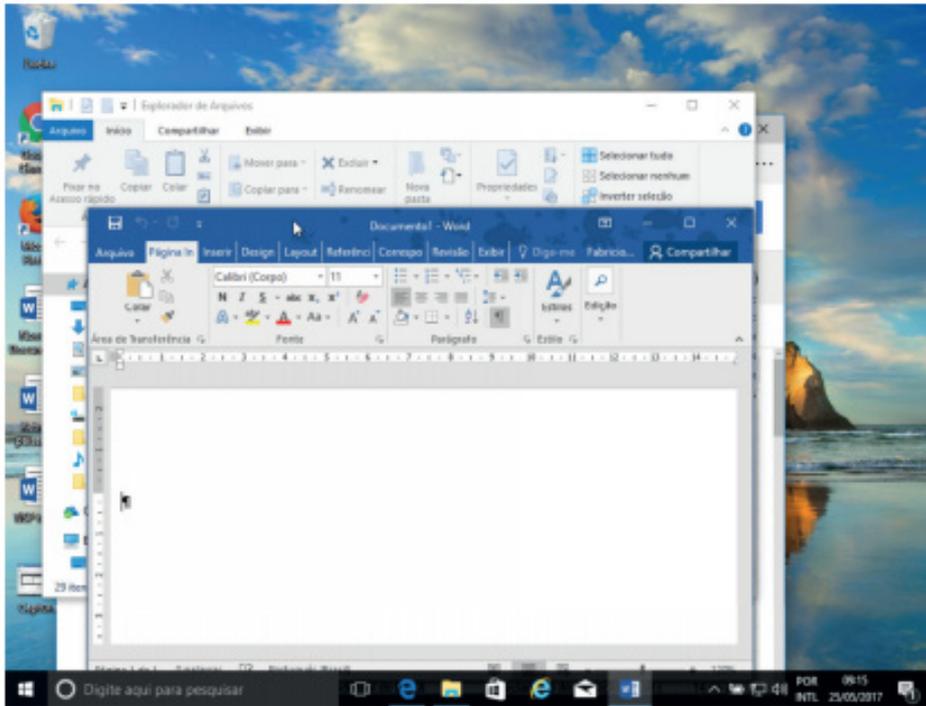


Efeito Aero Flip.

3 <https://www.tecmundo.com.br/windows-10/64159-efeito-aero-glass-lancado-mod-windows-10.htm>

Aero Shake (Win+Home)

Ferramenta útil para quem usa o computador com multitarefas. Ao trabalhar com várias janelas abertas, basta “sacudir” a janela ativa, clicando na sua barra de título, que todas as outras serão minimizadas, poupando tempo e trabalho. E, simplesmente, basta sacudir novamente e todas as janelas serão restauradas.

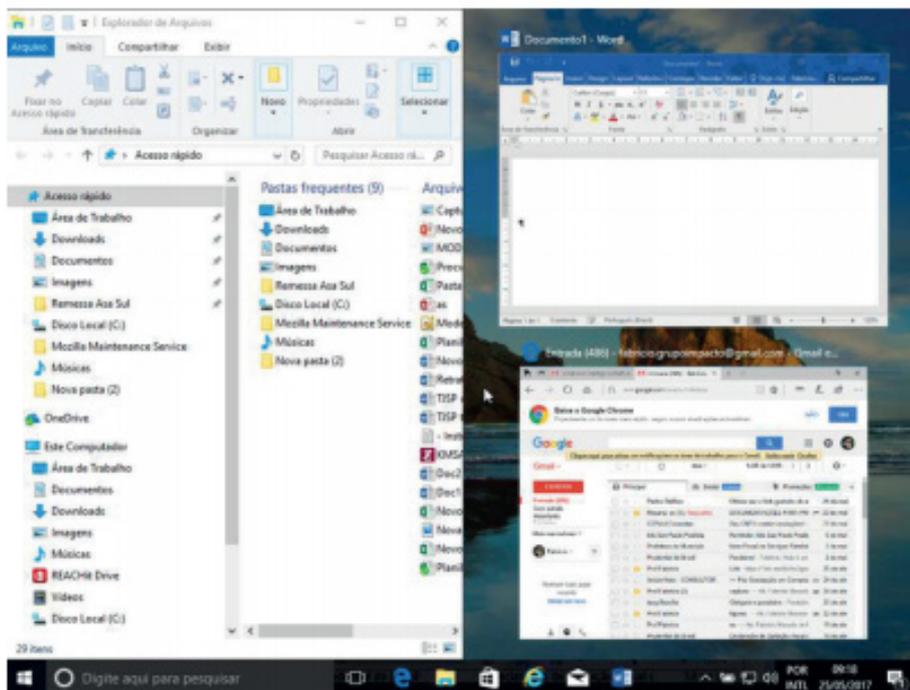


Efeito Aero Shake (Win+Home)

Aero Snap (Win + Setas de direção do teclado)

Recurso que permite melhor gerenciamento e organização das janelas abertas.

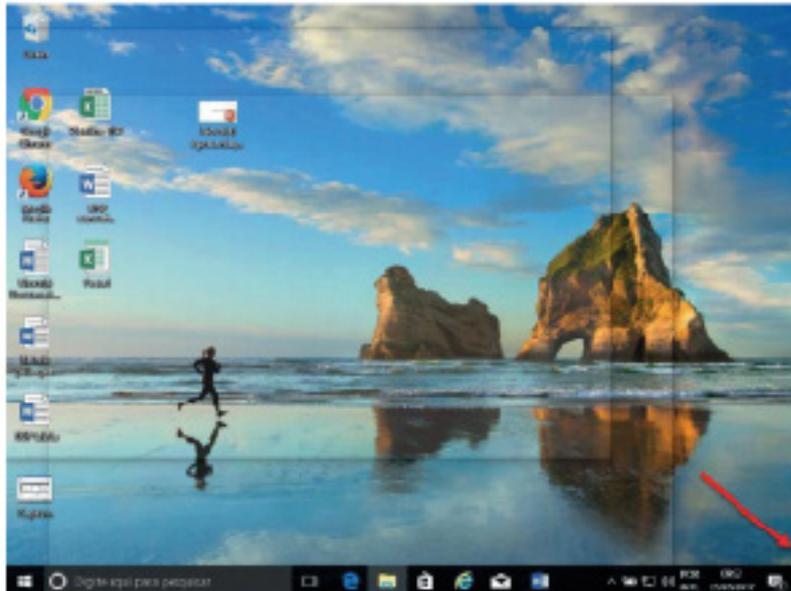
Basta arrastar uma janela para o topo da tela e a mesma é maximizada, ou arrastando para uma das laterais a janela é dividida de modo a ocupar metade do monitor.



Efeito Aero Snap.

Aero Peek (Win+Vírgula – Transparência / Win+D – Minimizar Tudo)

O Aero Peek (ou “Espiar área de trabalho”) permite que o usuário possa ver rapidamente o desktop. O recurso pode ser útil quando você precisar ver algo na área de trabalho, mas a tela está cheia de janelas abertas. Ao usar o Aero Peek, o usuário consegue ver o que precisa, sem precisar fechar ou minimizar qualquer janela. Recurso pode ser acessado por meio do botão Mostrar área de trabalho (parte inferior direita do Desktop). Ao posicionar o mouse sobre o referido botão, as janelas ficam com um aspecto transparente. Ao clicar sobre ele, as janelas serão minimizadas.

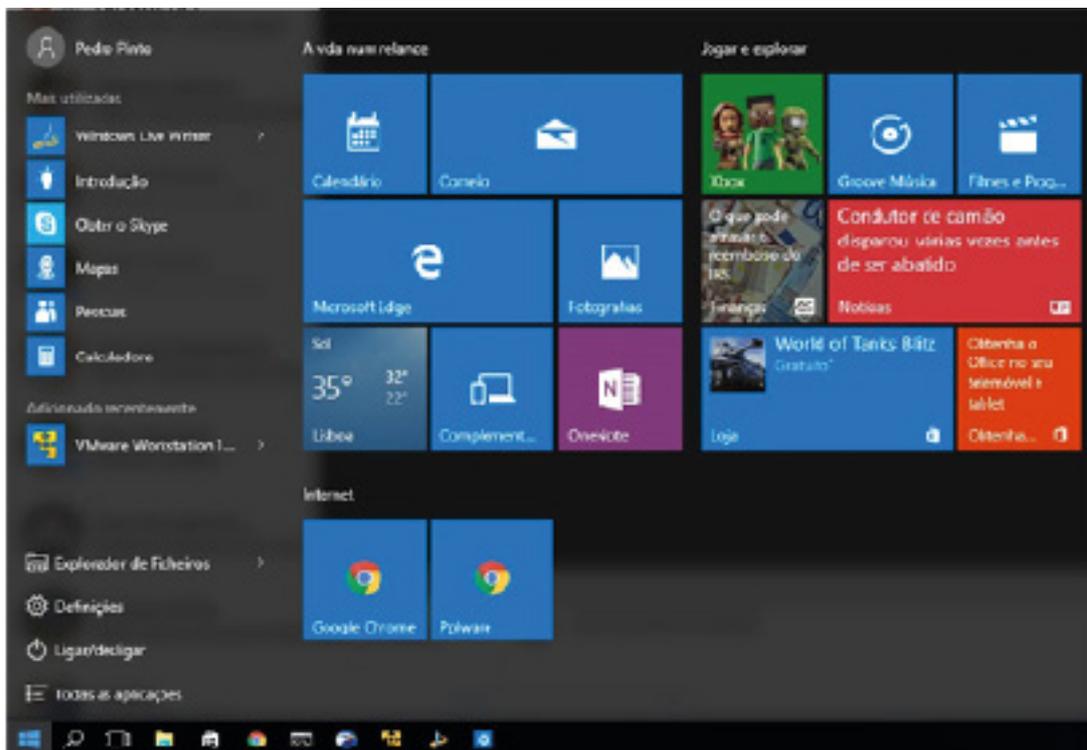


Efeito Aero Peek.

Menu Iniciar

Algo que deixou descontente grande parte dos usuários do Windows 8 foi o sumiço do Menu Iniciar.

O novo Windows veio com a missão de retornar com o Menu Iniciar, o que aconteceu de fato. Ele é dividido em duas partes: na direita, temos o padrão já visto nos Windows anteriores, como XP, Vista e 7, com a organização em lista dos programas. Já na direita temos uma versão compacta da Modern UI, lembrando muito os azulejos do Windows Phone 8.



Menu Iniciar no Windows 10.⁴

⁴ <https://pplware.sapo.pt/microsoft/windows/windows-10-5-dicas-usar-melhor-menu-iniciar>